

f) O despacho do Ministro de Estado e das Finanças, de 28 de Setembro de 2010, condicionou a libertação de verbas para o PIDDAC 2010, não se tendo procedido ao pagamento dos subsídios aprovados, nos termos do despacho n.º 17 282/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de Novembro de 2010, relativo ao projecto «Subsídios ao embarque de praticantes da marinha de comércio nacional»;

g) No Orçamento do Estado para 2011, se encontra inscrita no Programa Apoios à Marinha do Comércio Nacional, projecto «Subsídios ao embarque de praticantes da marinha de comércio nacional», uma verba no montante de € 200 000;

h) A proposta apresentada pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM, I. P.):

Determino que a verba disponível no montante de € 200 000 destina-se, exclusivamente e na sua totalidade, ao pagamento dos subsídios aprovados para atribuição, no âmbito de aplicação do despacho n.º 17 282/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de Novembro de 2010, relativo ao projecto «Subsídios ao embarque de praticantes da marinha de comércio nacional».

15 de Abril de 2011. — O Secretário de Estado dos Transportes, *Carlos Henrique Graça Correia da Fonseca*.

204597807

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

#### Despacho (extracto) n.º 6731/2011

Torna-se público que, por meu despacho de 19 de Janeiro de 2011, autorizei a Vice-Presidente, Ana Paula Santana Rodrigues a exercer a actividade de docente em regime de acumulação com as funções públicas que exerce na CCDRLVT, nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção que lhe veio a ser dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, artigos n.ºs 27 e 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

11 de Abril de 2011. — A Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *Teresa Almeida*.

204602788

### Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

#### Despacho n.º 6732/2011

Para os devidos efeitos, determino a publicação do texto da 5.ª Adenda ao contrato n.º 13/2001 relativo a “Requalificação urbana do centro histórico de Silves”, anexo ao presente despacho.

11 de Novembro de 2010. — O Director-Geral, em substituição, *Maria João Botelho*.

ANEXO

#### Contrato-programa de requalificação urbana do centro histórico de Silves

##### Contrato N.º 13/2001

Processo n.º ALG-012/L2/01

#### Medida 2 do Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro 5.ª Adenda

Em 4 de Outubro de 2010, entre o Estado, representado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, e a Câmara Municipal de Silves, é outorgada, de acordo com o regime previsto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro e no Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro, a presente adenda ao Contrato-Programa de cooperação técnica e financeira, celebrado entre as partes em 6 de Dezembro de 2001, integrado no contexto do Programa Polis, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, e alterado mediante quatro adendas outorgadas em 10

de Fevereiro de 2003, em 4 de Agosto de 2006, em 7 de Maio de 2008 e em 26 de Outubro de 2009, respectivamente.

Nestes termos é celebrada a presente adenda a qual tem por fundamento estipular uma nova calendarização financeira, conforme consta da informação n.º 10, de 27 de Julho de 2010, do Gabinete Coordenador do Programa Polis, que consubstancia o fundamento para a outorga da presente adenda ao contrato inicial, a qual foi autorizada por despacho de S. Ex.ª a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 30 de Agosto de 2010.

Assim, e mantendo-se na íntegra todas as cláusulas constantes do Contrato-Programa inicial em tudo o que não for objecto de alteração através da presente adenda, as partes acordam alterar o contrato nos termos da cláusula que se segue:

#### Cláusula Única

A cláusula 4.ª do contrato-programa n.º 13/2001 passa a ter a seguinte redacção:

«Cláusula 4.ª

#### Financiamento

1 — .....  
2 — A calendarização financeira é alterada, por forma a que a comparticipação seja distribuída da seguinte forma:

Ano de 2001 — € 1.042.488

Ano de 2006 — € 1.202.103

Ano de 2008 — € 526.798

Ano de 2011 — € 484.131»

4 de Outubro de 2010. — O Director-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, *Vitor Campos*. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, *João Farejão Faria*. — A Presidente da Câmara Municipal de Silves, *Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.

204603621

### Instituto da Água, I. P.

#### Despacho n.º 6733/2011

#### Mobilidade através de cedência de interesse público Carla Susana Teixeira Soares Fernandes

Por despacho de sua Excelência a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, de 25 de Novembro de 2010, foi autorizada a mobilidade, através de acordo de cedência de interesse público, da licenciada Carla Susana Teixeira Soares Fernandes, técnica superior da EP — Estradas de Portugal, S. A., para o exercício de funções no Instituto da Água, I. P., ao abrigo do artigo 58.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, reportando-se o início de funções a 15 de Setembro de 2010.

14 de Abril de 2011. — Por delegação do Presidente, a Directora de Departamento, *Teresa Nuncio*.

204588921

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

### Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

#### Aviso n.º 9828/2011

Torna-se público que, devido à inexistência de candidatos para prosseguir o procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de um lugar da categoria e carreira de assistente técnico, do mapa de pessoal do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., publicado por Aviso n.º 19221/2009 no *Diário da República*, 2.ª série n.º 209, de 28 de Outubro e alterado por Despacho n.º 8155/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 91, de 11 de Maio, se encontra cessado o referido procedimento concursal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

6 de Abril de 2011. — A Subdirectora do Instituto Nacional para a Reabilitação, *Deolinda Picado*.

204603435